

Movimento social como categoria geográfica

Bernardo Mançano Fernandes

Professor no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

Resumo: Este texto é um ensaio teórico que apresento como contribuição aos geógrafos que têm os movimentos sociais como objetos de estudo. É uma reflexão que venho desenvolvendo com o objetivo de propor análises dos movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização.

Neste estudo, analiso o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Todavia, os elementos e as reflexões aqui realizadas são referências para se pesquisar outros movimentos sociais. Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração teórica, considerando o crescimento de pesquisas geográficas sobre movimentos sociais no campo e na cidade. Todavia, os referenciais teóricos utilizados são em grande parte de outras áreas do conhecimento. Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. Desse modo, nosso desafio é constituir elementos desses processos que sirvam como referências para uma teoria geográfica dos movimentos sociais.

Palavras-chave: MST; movimento social; movimento socioterritorial; espacialização; territorialização.

Introdução

Este texto é um ensaio teórico que apresento como contribuição aos geógrafos que têm os movimentos sociais como objetos de estudo. É uma reflexão que venho desenvolvendo com o objetivo de propor análises dos movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização.

Neste estudo, analiso o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Todavia, os elementos e as reflexões aqui realizadas são referências para se pesquisar outros movimentos sociais. Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração teórica. Categorias são conceitos-chave de uma ciência (Freire-Maia, 1998, p.38). São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até aos esforços lógicos para a elaboração de leituras e a construção de ensaios teóricos. Compreendo que não é possível fazer uma leitura geográfica dos movimentos sociais utilizando somente categorias de outras áreas do conhecimento. De acordo com Santos: “Conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”. (1996, p.70).

Os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que os geógrafos. Nessas áreas existem importantes e atuais trabalhos teóricos como: Ghon (1997); Sztompka (1998); Tarrow (1994). Na Geografia, essa preocupação é recente. Uma referência é o trabalho de Oliveira (1991, p.9), que registra os estudos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade a respeito da questão agrária e dos movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 60. Ainda assim, desde a década de 1980 vem crescendo o número de estudos geográficos a respeito dos movimentos sociais. São várias teses e dissertações em Geografia referentes a esse tema.

Hoje são diversas as pesquisas sobre movimentos sociais no campo e na cidade. Contudo, os referenciais teóricos são em grande parte de outras áreas do conhecimento. Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. Desse modo, nosso desafio é elaborar ensaios que sirvam como referências para construções teóricas.

Uma tentativa de realizar esse trabalho está presente em Fernandes (1996 e 1999) e Martin (1997 e 1998), quando realizamos um diálogo a respeito da relação sujeito-espaço. Os referenciais que permitiram esse debate foram nossos estudos sobre o MST. Das discussões foi cunhado o conceito de *movimento socioespacial*, utilizado para denominar os movimentos que têm o espaço como trunfo (Martin, 1997, p.26). No desenvolvimento das pesquisas, das leituras e reflexões, continuei

a análise do MST não só como forma, mas também como processo e os significados de suas dimensões e ações, principalmente pelas transformações causadas na estrutura fundiária e nas relações sociais, na conquista de frações do território.

O conceito de movimento socioespacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico etc. Com o objetivo de aprofundar essa reflexão, analisei as ações do MST nos 22 estados onde está organizado. Procurei analisar suas práticas desde a construção de sua forma tendo como lugar de materialização algumas frações do território. Movimentos sociais que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. Em um debate a respeito dessas idéias na Unesp, em Presidente Prudente, a professora Maria Encarnação Beltrão Spósito me sugeriu o termo movimento socioterritorial. A seguir apresento o aprofundamento dessas reflexões analisando diferentes ações e elementos resultantes de processos geográficos desenvolvidos por diferentes movimentos sociais, que denominei de isolados e territorializados.

Neste texto analiso os significados de conceitos como ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização. São elementos essenciais para compreendermos os processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação, considerando o território e/ou o espaço como condição para a formação do movimento social. Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais.

Trabalhos de base - construindo espaços de socialização política

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. Neste sentido, procuro discutir algumas das principais noções e conceitos aprendidos ou construídos a partir da leitura bibliográfica e da realidade estudada.

Primeiro, é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade,

aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular.¹ Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

Na formação do MST, os sem-terra criaram distintas metodologias de luta. São procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta. Essas ações são diferenciadas em todo o Brasil. Na espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor frequência. Os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras. Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as escolas e as próprias moradias são alguns dos principais lugares e espaços sociais, onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base.

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e/ou da espacialidade da luta pela terra. Nasce sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base

podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E, dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim, iniciam a luta pela terra construindo suas experiências.

Portanto, os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política.² Esse espaço possui três dimensões. Uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos à revolta e à indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar. Os latifúndios são muitos, não há

dificuldade em encontrá-los. Há várias fontes de informações sobre a localização das terras que não cumprem com sua função social. Desde o conhecimento que as comunidades possuem dos inúmeros latifúndios, pelos quais muitas vezes estão cercadas, até informações conseguidas nas diversas instituições governamentais ou não governamentais que trabalham com a questão agrária. Definida a terra, falta somente a decisão de quando ocupar. Ocupando-a, é dessa forma que os trabalhadores sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência, quando ocupam a terra ou acampando nas margens das rodovias.

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal, mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de, ao defender a ocupação, apresentar idéias e referências que permitam a superação das dúvidas. São os argumentos desenvolvidos nas reuniões dos trabalhos de base, no dimensionamento do espaço de socialização política. Desse modo, os coordenadores tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos. Outra forma de convencimento é a visita aos acampamentos e aos assentamentos, ou quando assentados dão testemunhos de suas lutas. Todavia, muitos ficam na espreita e vão para o acampamento depois de efetivada a ocupação. Essas atitudes acabam gerando um debate interno, quando muitas famílias reclamam pelo fato de se sentirem *boi de piranha*. Há também os que são chamados de *andorinhas*, que são os que aparecem vez ou outra no acampamento. Esses são a expressão da indecisão ou do oportunismo. Há, também, aqueles que participam de vários grupos de família, assistem a realização de várias ocupações, até decidirem-se por ocupar.

As reuniões realizadas nos trabalhos de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências. Essas reuniões podem durar um, três, seis meses ou até anos, dependendo da conjuntura. Podem envolver um município, vários municípios de uma microrregião, vários municípios de várias microrregiões, ou até mais de um estado em áreas de fronteira. Com a territorialização da luta e o aumento da participação das famílias, essas reuniões se multiplicaram, deixando de ser reuniões com dezenas para contar com centenas de famílias. Esse crescimento também trouxe problemas. Policiais e jagunços passaram a se infiltrar nas reuniões para espionar o desenvolvimento e o irrompimento da luta. Esses espiões muitas vezes não são descobertos, e a ocupação acaba sendo frustrada. Para evitar esse fato, as lideranças passaram a informar aos coordenadores de grupos de famílias o dia e lugar das ocupações horas antes de suas realizações. Por outro lado, o crescimento das ocupações é

decorrente não só da organização dos sem-terra, mas também do aumento das formas de apoio. Cada vez mais, as famílias que participam dessas reuniões recebem apoio das comunidades urbanas e dos assentados, bem como das prefeituras que cedem transporte para participarem, inclusive, da ocupação. O apoio das comunidades, por meio de alimentos e/ou recursos financeiros, é resultado dos trabalhos de base tanto pelo MST, quanto por parte da Comissão Pastoral da Terra – CPT. São nessas comunidades que são formados vários grupos de famílias para participar da ocupação. Igualmente, muitas famílias assentadas contribuem com a organização de uma ocupação, doando alimentos que cultivaram, cedendo seus caminhões para transporte das famílias e tratores para o primeiro plantio das terras ocupadas. Essas ações resultam da compreensão de que a luta pela terra não termina com a conquista da terra, mas continua na formação de novos grupos de família e na luta contra o latifúndio. O apoio de prefeituras tem como significado a possibilidade de se transformar um latifúndio em um assentamento, onde as famílias excluídas irão se ressocializar, trabalhando, gerando renda, moradia, conquistado a terra e direitos básicos como a educação e a saúde.

No entretanto desse processo procuram negociar com o Estado o assentamento das famílias. Promessas e compromissos que na maior parte das vezes não se realizam são sempre as respostas que obtêm. No conhecimento das experiências aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações. São partes da forma de organização em movimento. Cada uma composta por grupos de pessoas responsáveis pelas diversas necessidades das famílias. A começar pela alimentação e na preocupação de ter escola para as crianças, para os jovens e os adultos. Criam comissões de negociação para acompanhar o andamento do problema junto às instituições e informar a sociedade sobre seus atos; núcleos e coordenações para manter o acampamento informado e organizado; setores de educação e saúde entre outros. No MST, esses trabalhos são realizados por diversos setores, tendo o setor de Frente de Massa como o responsável pelo trabalho de base e desenvolvimento das ações.

Os trabalhadores sem-terra são os principais sujeitos desse processo. Desde o princípio da luta recebem o apoio de diferentes instituições, por meio de alianças que formam uma articulação política. As instituições envolvidas defendem a ocupação como forma de acesso à terra. Nos vinte anos de sua formação, em diferentes conjunturas, o MST recebeu ou tem recebido apoio da Comissão Pastoral da Terra, – CPT, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, do Partido dos Trabalhadores – PT, de outros partidos políticos e de diversas outras organizações. Todavia, a relação na

articulação sempre gerou um embate político, por causa das diferentes concepções das atribuições que as partes das alianças têm no desenvolvimento da luta pela terra. Algumas das questões do embate são relativas à autonomia dos trabalhadores. Muitas vezes, as organizações tentaram interferir nas decisões dos trabalhadores, não distinguindo as respectivas competências. Isso acontece, por exemplo, quando pretendiam coordenar as lutas, tentando representar os trabalhadores, defendendo que o MST devesse apenas apoiar os sem-terra, quando na verdade os sem-terra são e fazem o Movimento.

O embate também acontece por causa das diferentes concepções de luta. Estas são extremamente diferenciadas em todas as regiões do país. Há concepções favoráveis às posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações, compreendidas como diferentes formas de resistência à ação das polícias e dos pistoleiros. As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando apenas pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A superação do embate acontece pelo reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição. Na formação do MST, essa superação foi possível depois de rompimentos e retomadas das relações, por meio das lições construídas nas lutas. De diferentes formas, persistiu sempre a concepção que ocupar é a solução. Esse foi, para todas as organizações envolvidas na luta, um processo de aprendizagem.

Depois de anos de embate, as instituições reconheceram as experiências e a autonomia dos sem-terra. Assim esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros. Foi a luta incessante pela autonomia política que muito contribuiu para a espacialização e a territorialização do MST pelo Brasil. Nesse sentido, o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical. Embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas, o MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O Movimento é fruto dessa realidade e não das instituições.

O processo de espacialização nem sempre é desenvolvido em todas as suas dimensões nas experiências dos sem-terra. O que determina a efetivação de todos os procedimentos para o dimensionamento do espaço de socialização política é a conjuntura. Essas experiências têm sido estudadas por pesquisadores que analisaram as práticas de diversos movimentos sociais.³ Há também movimentos que mobilizam as famílias sem a construção do espaço de socialização política, como é o caso do MAST, estudado por Feliciano (1999, p.125).⁴

Processos de ocupação: tipos e formas - espacialização e territorialização

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terras. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Todavia, é fundamental diferenciar os posseiros dos sem-terra. Em uma das entrevistas que fiz no estado de Goiás, perguntei a um sem-terra: qual diferença que havia entre ele e um posseiro, e ele me respondeu: *os posseiros ocupam lá prá aqueles trem escanteado, nós ocupamos aqui, nas beiras das BRs*. Essa resposta é significativa porque remete a diferentes espaços e ações distintas. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra por latifundiários e empresários.⁵ Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração - terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão.

Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra, juntos com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros, intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana estão lutando pela terra em todas as grandes regiões. Para compreender melhor esse processo, analiso os tipos e formas de ocupações realizadas pelos sem-terra.

Tomando como referência a abordagem analítica em *Ocupações de terras por camponeses*, de Eric Hobsbawm,⁶ procuro refletir sobre a questão das ocupações. Nesse trabalho, o autor, utilizando a expressão tipo, abordou o componente *terra*. Neste ensaio utilizo outros componentes, como *famílias e experiências*. Desse modo, os tipos de ocupação estão relacionados à propriedade da *terra*: pública, capitalista, de organizações não governamentais; às formas de organização das *famílias* e aos tipos de *experiências* que constroem. Trabalho com as expressões tipos e formas, procurando entender os processos de desenvolvimento da

ocupação de terra. Neste contexto também procuro aprofundar minhas reflexões a respeito dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

Hobsbawm destaca três tipos de ocupações: a) *recuperación* ou terras de trabalho reconquistadas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas; b) *terras devolutas*, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira, e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários, e c) *ocupação de latifúndios*. Nesse estudo, Hobsbawm preocupou-se, principalmente, com as ocupações do primeiro tipo, que também têm relevância no Brasil, especialmente na Amazônia, onde parte das terras de posseiros foi apropriada e grilada pelos latifundiários e empresários. Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas, e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra.

Com referência à forma de organização dos grupos de famílias, há dois tipos: *movimentos isolados* e *movimentos territorializados*. Os movimentos territorializados são construídos por diferentes categorias e suas estruturas podem ter duas formas; movimento social ou movimento sindical.⁷ Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou em separado. As formas de apoio são política e econômica e acontecem por meio de articulações e/ou alianças. O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural). Da mesma forma, pode receber apoio de centrais sindicais, partidos e organizações não governamentais. Essas são as instituições que têm apoiado a luta pela terra, principalmente as ocupações. O movimento sindical, igualmente, pode receber apoio dessas instituições através de articulações e/ou alianças.

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência a *organização social* e o *espaço geográfico*. Compreendo como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST. Os

sindicatos de trabalhadores rurais filiados às federações e à Contag também são exemplos de movimentos territorializados.

Os movimentos sociais isolados são aqueles que se organizam em um município ou um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação. Esses movimentos recebem apoios de uma ou mais paróquias, por meio ou não das pastorais, de sindicatos, de partidos, de políticos, prefeituras etc. Também podem ser resultados de dissensões de movimentos socioterritoriais. Todavia, sua base territorial está limitada pela ação do movimento. Superando essa condição, pode vir a ser um movimento territorializado, organizando ações para além de sua base territorial de origem ou se vincular a uma organização territorializada. Foi desse modo que os recentes movimentos sociais de luta pela terra se desenvolveram.

Sem a superação de suas circunstâncias, os movimentos isolados se extingüem. A perspectiva da territorialização está relacionada com sua forma de organização sóciopolítica. Quando esses movimentos são resultados de interesses imediatos da comunidade, defendidos por lideranças personalistas e práticas populistas, que criam relações de dependência, a tendência é o esgotamento do movimento. Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não sejam apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, amiúde, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados.

Embora o MST seja, com certeza, o mais organizado, o mais amplo movimento socioterritorial organizado nacionalmente, desde 1994 surgiram outros movimentos. Conforme apresentado no quadro a seguir, registrei mais 15 movimentos sociais lutando por terra. Essa luta é feita em grande parte por movimentos sociais socioterritoriais, como também por movimentos isolados.

Movimentos socioterritoriais ou territorializados

<i>Nome</i>	<i>Estado(s)</i>	<i>Início</i>
Comissão Pastoral da Terra – CPT	BA e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	RS - SC - PR - SP - MG - RJ - ES - BA - SE - AL - PE - PB - RN - CE - PI - MA - PA - AM - TO - DF - GO - RO - MT - MS	1984
Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA – PA	1994
Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso – MST-SMT	MT	1994
Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pernambuco – FETAPE	PE	1995*
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul – FETAGRI – MS	MS	1996*
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra – MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta – MCL	PE	1996
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Estado de Minas Gerais – FETAEMG	MG	1996*
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem-Terra – MLST	MA – PE – MG, RN e SP	1997
Liga Operário – Camponesa	RO	1998
Movimento Brasileiro dos Sem-Terra – MBST	DF – MA – PA	1998
Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem-Terra – MUST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes, 1998.

* Ano em que intensificou o processo de ocupação de terra.

Os movimentos isolados são de difícil registro por causa da rapidez das ações da luta e da efemeridade inerente a esse tipo de organização social. Selecionei alguns movimentos isolados que surgiram na região do Pontal do Paranapanema entre os anos de 1995 a 1998. A maior parte desses movimentos não existe mais. Parte se uniu e se transformou em movimento socioterritorial, outros foram extintos.

Movimentos sociais isolados – Pontal do Paranapanema/SP

<i>Nome</i>	<i>Município(s)</i>	<i>Início</i>
Movimento Sem-Terra de Rosana	Rosana	1995
Brasileiros Unidos Querendo Terra	Pres. Epitácio	1996
Movimento Esperança Viva*	Mirante do Paranapanema	1996
Movimento da Paz	Regente Feijó	1997
Movimento Terra Brasil**	Pres. Venceslau	1997
Movimento Unidos pela Paz	Tarabai	1997
Movimento da Paz Sem-Terra***	Taciba	1997
Movimento Terra e Pão	Santo Anastácio	1997
Movimento Sem-Terra do Pontal	Teodoro Sampaio	1997
Movimento Terra da Esperança***	Pres. Bernardes	1998

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes. 1998.

*Dissensão do MST - **Dissensão do Brasileiros Unidos Querem Terra. - ***Dissensão do Movimento Unidos Pela Paz

Obs.: Nas mudanças ocorridas nas trajetórias desses movimentos, o Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra, ampliou-se, passou a realizar ocupações em outros municípios e tornou-se o Movimento Unificado dos Sem-Terra. Quanto ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MAST, foi formado pela fusão dos outros movimentos sociais, ou pelo menos pelas dissidências desses movimentos.

As ocupações realizadas por esses movimentos, podem ser desenvolvidas por meio dos seguintes tipos de experiências: *espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas*. As experiências são sempre formas de luta e resistência, porque inauguram um espaço, na luta pela terra, que é o acampamento. Com relação à quantidade de famílias envolvidas, podem ser em pequenos grupos ou massivas. Não há uma referência muito precisa a respeito do número de famílias para distinguir uma *ocupação massiva*⁸ da ocupação por pequenos grupos. Todavia, as ocupações massivas são assim denominadas quando reúnem várias centenas ou até milhares de famílias.

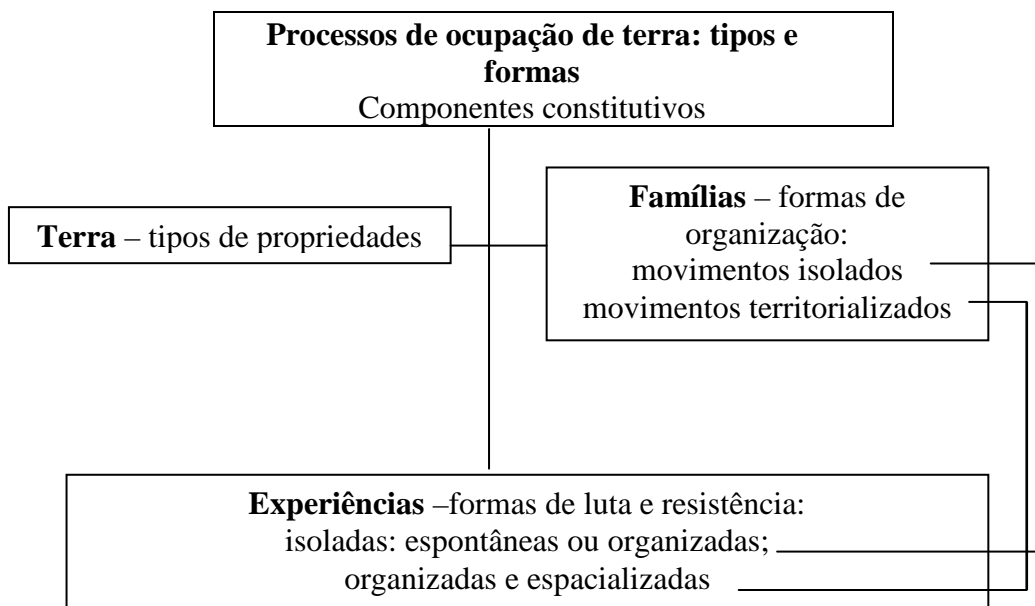
As ocupações isoladas e espontâneas acontecem majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade, passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado.

As ocupações isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais municípios. A predominância é de formação de pequenos grupos, mas também ocorrem ocupações massivas. As famílias formam o movimento antes de ocuparem a terra. Organizam *trabalhos de base*, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são:

findarem depois da conquista da terra ou se transformarem em movimentos territorializados.⁹ Esses dois tipos de ocupação são frutos da espacialidade e da territorialidade da luta pela terra.

Esses tipos diferem das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, que executam *ocupações organizadas e espacializadas*. Essas são experiências de luta resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estão contidas em um projeto político mais amplo e podem fazer parte de uma agenda de lutas. O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores, que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e, como militantes, espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento – a terra de trabalho. É nesse processo que se formam, num refazendo constante ou, para usar uma expressão de Thompson (1987), *fazendo-se em* movimentos sociais, construindo seus espaços e seus tempos, transformando suas realidades.

Com o diagrama abaixo procuro ilustrar as idéias apresentadas nesta análise.



Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta.¹⁰

A experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado. É da construção de conhecimentos nas realidades dos grupos de famílias e das lutas de referências que aprendem a fazer as suas lutas. *Lutas de referências* são aquelas que lhes são relatadas ou que conheceram. Os movimentos socioterritoriais, em seus processos de formação, multiplicaram suas ações e passaram a fazer várias ocupações num pequeno espaço de tempo ou ao mesmo tempo. No entretanto dos processos de negociação dessas ocupações para implantação de assentamentos, fazem novas ocupações, num contínuo de espacialização e territorialização. Por essa razão, definimos o entretanto *como um importante intervalo de tempo, quando no enquanto de uma luta começa a nascer outra*. Desse modo, é possível intensificar o número de ocupações, mobilizando e organizando cada vez mais famílias. Nesse sentido, a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sóciopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. E, dessa forma, multiplicam-se as ocupações e o número de famílias participantes.

O processo de territorialização fortaleceu os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências, que muito contribui para o avanço da luta em outros estados e regiões. Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas. Assim, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações defronte as agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente, expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades.

Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, nos processos de espacialização e territorialização, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença desses tipos está no fato que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos,

massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias.

No primeiro tipo, a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicar a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para se conquistar uma outra área. Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas. Essa lógica muda com as ocupações massivas. Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de uma determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as formas em que as famílias participam da luta. A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se às famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. Isso acontece quando, depois da conquista da terra reivindicada, passa-se a ter conhecimento de um conjunto de áreas que podem ser conquistadas e da perspectiva de se reunir diversos grupos de famílias em uma mesma ocupação. Desse modo, é importante destacar que a massificação não tem só o sentido de quantidade, mas também o de qualidade. Este é determinado pelo dimensionamento do espaço de socialização política, principalmente no fortalecimento do espaço interativo, que acontece por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, de modo a fortalecer o movimento. Nesses espaços, as famílias passam a trabalhar mais intensamente suas necessidades e perspectivas, como alimentação, saúde, educação, negociação etc.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores.¹¹ Assim, os critérios de seleção das famílias a serem assentadas não podem ficar restritos à procedência das famílias. As pessoas que compõem as comissões de seleção precisam considerar como critério, entre os determinados pelo governo,¹² a história da luta.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente. Essas práticas são resultados do desenvolvimento da organização dos sem-terra. São formas de resistência que colocam em questão a terra de trabalho contra a terra de exploração.

Os processos de espacialização e territorialização diminuem e podem terminar quando as famílias sem-terra conquistam todos os latifúndios de um ou mais municípios.¹³ Encerra-se assim o que chamamos de ciclo das ocupações. Esse ciclo inicia-se com as primeiras ocupações e dura o tempo que existir terra para ser ocupada.

Por mais que se tenha um planejamento, a espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um devir. Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas dissolvem-se e/ou relacionam-se, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas, a espacialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido.

Os acampamentos: espaços de lutas e resistência

As experiências nos acampamentos marcam as histórias de vida dos sem-terra, conforme o exemplo descrito nas estrofes abaixo:

Nestes versos simples eu quero relatar
 Detalhes das tralhas de um acampado
 Já desgastadas de tanto se lesar
 Porém para mim muito representam
 Porque me ajudaram terra conquistar
 Um machado bueno e um três listras que não entrego
 Um maço de prego, um martelo e uma lona preta
 Uma caneta e um caderninho para escrevinhar
 Quando a conjuntura desta luta dura
 Sempre que mudava eu tinha que anotar

Tralhas de um acampado
 Letra: Clodoveu Ferraz Campos
 Música: Amilton Almeida
 1º Festival Nacional da Reforma Agrária
 Palmeiras das Missões - RS, 04 a 07 de fevereiro de 1999.

Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação

da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser as primeiras ações das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar, dificilmente leva à conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação obtiveram êxito na luta.

À primeira vista, os acampamentos parecem ser ajuntamentos desorganizados de barracos. Todavia, possuem determinadas disposições conforme a topografia do terreno e as condições de desenvolvimento da resistência ao despejo e das perspectivas de enfrentamento com jagunços. Podem estar localizados em fundos de vale ou nos espigões. Os arranjos dos acampamentos são predominantemente circulares ou lineares. Nesses espaços existem lugares onde, muitas vezes, os sem-terra plantam suas hortas, onde estabelecem a “escola” e “farmácia”, bem como o local das assembleias. Um olhar de fora dificilmente pode reconhecer a organização existente nessa desordem aparente.

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização. Participam famílias inteiras ou parte de seus membros, que criam as condições básicas para a manutenção das suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho etc. Dessa forma, os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja, barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental; tem um barraco que funciona como uma “farmácia” improvisada e quando dentro do latifúndio, plantam em mutirão para garantirem parte dos alimentos que necessitam, quando na estrada, plantam entre a rodovia e a cerca. Quando próximos de assentamentos, os acampados trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação.

Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas.

Na década de 1980, os acampamentos recebiam alimentos, roupas e remédios, principalmente das comunidades e de instituições de apoio à luta. Desde o final dos anos 80 e o início da década de 1990, com o crescimento do número de assentamentos, estes também passaram a contribuir com a luta de diversas formas. Muitos cedem caminhões para a realização das ocupações, tratores para preparar a terra e alimentos para a população acampada. Esse apoio é mais significativo quando os assentados estão vinculados a uma cooperativa. Essa é uma marca da organicidade do MST. Com o crescimento do apoio das comunidades, das instituições, dos assentamentos e com a consolidação do MST, os sem-terra conseguiram intensificar o número de ocupações e desenvolver a resistência, de modo a realizar dezenas de ocupações simultâneas.

Na segunda metade da década de 1990, em alguns estados, o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto. Esse acampamento é estabelecido em uma região, onde existem muitos latifúndios. É um espaço de luta e resistência para onde as famílias de diversos municípios se dirigem e se organizam. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem se transferir ou, em caso de despejo, retornarem para o acampamento. Também conforme vão conquistando a terra, vão mobilizando e organizando novas famílias que passam a compor o acampamento. Como afirmamos, o acampamento acontece no processo de espacialização da luta, inaugurando a territorialização. Ao organizarem a ocupação da terra, os sem-terra promovem uma ação concreta de repercussão imediata. Essa ação é política e se efetiva como ato de resistência, como condição para negociação, cujos desdobramentos estão condicionados à origem do fato. A ocupação coloca como questão a propriedade capitalista da terra, no processo de criação da propriedade familiar.

O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. No início do processo de formação do MST, na década de 1980, em diferentes experiências de acampamentos, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. Desse modo, os sem-terra visitavam as comunidades, relatavam suas experiências, provocavam o debate e desenvolviam intensamente o espaço de socialização política em suas dimensões comunicativa e interativa. Esse procedimento possibilita o estabelecimento do espaço de luta e resistência de forma melhor organizada, pois as famílias são conhecedoras dos tipos de enfrentamentos da

luta. Durante seu processo de formação, pela própria demanda da luta, o MST construiu outras experiências. Assim, nos trabalhos de base não se desenvolveram as dimensões interativas, que passaram a acontecer no espaço de luta e resistência. E ainda, quando há um acampamento permanente ou aberto, as famílias podem iniciar-se na luta inaugurando o espaço comunicativo, desenvolvendo o espaço interativo no espaço de luta e resistência. É o caso de quando os sem-terra estão lutando pela conquista de várias fazendas e as famílias vão se somando ao acampamento, quanto outras vão sendo assentadas.

No acampamento, os sem-terra fazem periodicamente análises da conjuntura da luta. Essa leitura política é facilitada para os movimentos socioterritoriais porque estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer as análises a partir de referenciais políticos amplos, como por exemplo, as negociações que estão acontecendo nas capitais dos estados e em Brasília. Assim, associam formas de luta local com as lutas nas capitais. Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação e fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protestos, reuniões etc. Pela correspondência entre esses espaços de luta no campo e na cidade, sempre há determinação de um sobre o outro. As realidades locais são muito diversas, de modo que tendem a predominar nas decisões finais as realidades das famílias que estão fazendo a luta. Dessa forma, as linhas políticas de atuação são construídas a partir desses parâmetros. E as instâncias representativas do MST carregam essa espacialidade e essa lógica, pois um membro da coordenação ou da direção nacional participa do processo desde o acampamento até as escalas mais amplas: regional, estadual e nacional.

Com essas ações, que contam com o apoio das articulações políticas, os sem-terra procuram mudar a conjuntura para desemperrar o processo de negociação. Todavia, nem sempre conseguem modificar a conjuntura. Quando as negociações chegam no impasse, acontecem os conflitos violentos, como por exemplo: a Praça da Matriz, em Porto Alegre e o massacre em Eldorado dos Carajás.

Todos os acampamentos têm suas histórias nas lutas das famílias sem-terra. Vale destacar pelo menos dois dos acampamentos históricos do processo de formação e territorialização do MST: o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, e o acampamento dos capuchinhos, em Itamaraju na Bahia.¹⁴ Garantir a existência do acampamento, por meio da resistência, impedindo a dispersão causada por diferentes formas de violência é fundamental para o sucesso da luta na conquista da terra. Essa foi a preocupação do MST-MT em sua primeira ocupação no estado, como é a preocupação de todos os sem-terra a cada nova ocupação.

Salvar a ocupação, com a transferência das famílias para fora do latifúndio, garantindo sempre um lugar para o acampamento, faz parte da lógica da resistência. Quando acontece o despejo - essa palavra que também significa livrar-se de estorvo, em que as pessoas são tratadas como coisas, num ato de violência legitimada pela judicialização da luta pela terra (Fernandes, 1997; Moreyra, 1998) - as famílias transferem o acampamento para outras áreas, como por exemplo, às margens das rodovias, ou para terrenos cedidos pelas prefeituras, ou por outras instituições. Quando são despejadas das margens das rodovias, montam acampamentos dentro de assentamentos próximos, esse território dos sem-terra, expressão da conquista na luta e resistência.

A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento. E essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas. Para os outros movimentos, essa prática não é tão permanente. Muitas vezes negociam com o governo o assentamento e, acreditando nas promessas, as famílias retornam para seus municípios. De modo que, evidentemente, a maior parte dos assentamentos não se realiza. Não é incomum, também, muitas famílias que permanecem acampadas acabarem desistindo por uma série de motivos, principalmente pela falta de perspectiva e pela violência dos despejos e dos jagunços.

Na política de implantação de assentamentos rurais do governo federal, os acampamentos (e as famílias participantes nos trabalhos de base que estão se mobilizando para ocupar) são também uma forma de pressão e uma contribuição dos sem-terra para a realização do cadastramento das famílias beneficiárias, bem como para intensificar a arrecadação das áreas. Essa é uma prova insofismável que as ações dos governos federal e estaduais derivam das ações dos movimentos sociais. O acampamento é espaço de luta e resistência no processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização. Uma forma é por meio das romarias e/ou das marchas.

A marcha é uma necessidade para expandir as possibilidades de negociação, para gerar novos fatos. Em seus ensinamentos e aprendizados, por meio de suas experiências, os sem-terra tiveram diversas referências históricas. Alguns exemplos utilizados na mística do Movimento são: a caminhada do Povo Hebreu rumo à terra prometida, na luta contra a escravidão no Egito; a caminhada de Gandhi e dos hindus rumo ao mar, na luta contra o imperialismo inglês; as marchas das revoluções mexicana e chinesa entre outras.¹⁵ Dessa forma, os sem-terra ocupam a terra, prédios públicos e os transformam em espaços políticos para denunciar os significados da exploração e da expropriação,

lutando para mudar suas realidades. Ou, então, como o cineasta Paulo Rufino conseguiu exprimir de maneira tão objetiva quanto poética:

“Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os Sem Terra, este povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim exprimidos nessa espécie de geografia perdida que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm aonde ir, e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, os Sem Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar. (Paulo Rufino. O canto da terra, 1991).

Organicidade e vinculação

Uma importante condição para o avanço da luta pela terra é a *organicidade* dos movimentos sociais. Esta é representada pela interação entre as distintas atividades do movimento social e pela expressão do *acúmulo de forças*, na espacialização e territorialização, que de acordo com Bogo é:

“[...] a conquista de espaços social e geográfico, e sua manutenção através da intervenção organizada das pessoas ou de um movimento de massas, elevando o nível de consciência através da perseguição de objetivos que se queiram alcançar a curto, médio e longo prazos [...] O acúmulo de forças se mede não simplesmente pela quantidade de pessoas que participam das atividades, mas da quantidade e da eficiência da diversidade de atividades que envolvem cada vez mais as pessoas que participam diretamente e a influência que estas têm sobre as demais. (Bogo, 1999, p.138- 140).

A organicidade é uma característica dos movimentos socioterritoriais. É representada na manifestação do poder político e de pressão que os sem-terra possuem no desenvolvimento da luta, tanto para conquistar a terra, quanto para as lutas que se desdobram nesse processo. A separação das lutas pela conquista da terra das lutas de resistência na terra é uma forma de fragilizar os movimentos. Portanto, a consciência das realidades em que vivem é fundamental para a construção da organicidade no processo de formação da identidade dos sujeitos da luta. E essa condição está associada à vinculação das famílias aos movimentos. E como Bogo evidencia, quantidade só serve como referência para se compreender a organicidade se estiver associada à participação das pessoas nas diversas atividades da organização, em suas diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional, de acordo, evidentemente, com a extensão da ação dos movimentos sociais.

A vinculação das famílias aos movimentos é componente da dimensão da organicidade. E, neste sentido, é componente qualitativo. Como também é quantitativo. Assim, é muito trabalhoso calcular os graus de vinculação das famílias aos movimentos, por ser um atributo qualitativo de identificação, cujas dimensões são de difícil mensuração. Todavia, a vinculação expressa identidade dos membros com o movimento que constroem. Quanto maior a vinculação, mais orgânico é o movimento, condição fundamental para sua consolidação.

Conclusão

Este texto representa uma contínua reflexão. Meu objetivo é ampliar esse ensaio teórico através do debate com colegas que pesquisam movimentos sociais, de modo que consigamos reunir referências que nos possibilitem a construção teórica por meio de elaboração de um corpo conceitual que nos ajudem a realizar diferentes leituras geográficas sobre os movimentos sociais.

Recebido para publicação em 31 de maio de 2000

Notas

¹ Um excelente trabalho teórico a respeito deste tema é *Sujeitos irreverentes*, de Nogueira, 1993.

² A respeito da construção desse conceito, ver Fernandes (1996, p.225 et seq.).

³ Bons estudos a respeito desses processos estão em Farias (1997, p.119 et seq.); Momesso (1997, p.33 et seq.); Cintra (1999, p.122 et seq.).

⁴ Ver também Mitidiero Jr. (1999) e Lima (1999).

⁵ A respeito, ver Martins, 1997a, p.145 et seq.

⁶ Ver a respeito: Hobsbawn, 1998, p.241 et seq.

⁷ Movimentos sindicais por sua própria estrutura são movimentos territorializados, todavia não são movimentos sociais.

⁸ O conceito de ocupação massiva tem como significados: quantidade e extensão. Portanto, considera-se tanto o grande número de famílias envolvidas, quanto a prática de desdobramento da luta, quando a ocupação é organizada não para conquistar uma área determinada, mas sim para conquistar determinadas áreas para todas as famílias.

⁹ Um bom exemplo são os movimentos sociais no estado do Paraná, na primeira metade da década de oitenta: MASTRO, MASTES, MASTEN, MASTRECO e MASTEL, que formaram o MST – PR.

¹⁰ Um primeiro ensaio teórico a respeito dos processos de espacialização e territorialização está em Fernandes, 1996.

¹¹ Um exemplo disso é o Decreto 35.852 do Governo do Estado de São Paulo. Em seu artigo 1º, § 1º determina que as famílias não residentes há pelo menos dois anos na região, não podem ser assentadas.

¹² Entre os critérios determinados pelo governo estão: ser trabalhador rural, não ser proprietário de terra, não ser funcionário público etc.

¹³ Raros exemplos são os municípios de Mirante do Paranapanema – SP, Ronda Alta – RS e Pontão – RS, onde os sem-terra conquistaram a maior parte dos latifúndios.

¹⁴ Ver Fernandes, 1999, capítulo 2 – O acampamento Encruzilhada Natalino e no capítulo 3 – Bahia.

¹⁵ Ver a respeito: Stedile e Fernandes, 1999, p.149-155.

FERNANDES, Bernardo Mançano. El movimiento social como una categoría geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

Resumen: Este texto es un ensayo teórico dirigido a los geógrafos que se dedican al estudio de los movimientos sociales. Se trata de una reflexión que vengo desarrollando con el objetivo de proponer análisis de los movimientos sociales a partir de dos procesos geográficos: la espacialización y la territorialización.

En este estudio se analiza el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST). Sin embargo, los elementos y las reflexiones presentes aquí pueden servir de referencia para las investigaciones de otros movimientos sociales. Considerando que hay un aumento de investigaciones geográficas sobre los movimientos sociales en el campo y en la ciudad, el estudio de un movimiento social, como una categoría geográfica, es condición esencial para la elaboración teórica. Sin embargo, las referencias teóricas utilizadas en las investigaciones provienen, en su mayoría, de otras áreas del conocimiento. Estamos iniciando una reflexión fundamental orientada a comprender los movimientos sociales, no solamente su forma de organización, sino que también los procesos que se derivan de los mismos, los espacios que se construyen y los territorios que dominan. Así pues, nuestro desafío consiste en rescatar elementos de estos procesos que puedan servir como referencia para construir una teoría geográfica de los movimientos sociales.

Palabras-clave: MST; movimiento social; movimiento socio-territorial; espacialización; territorialización.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Social movement as a geographical category. *Terra Livre*, São Paulo, 15:59-85, 2000.

Abstract: This paper is a theoretical essay presented as a contribution to the geographers who have the social movements as their object of study. It has resulted from some considerations I have been developing with the purpose of treating the analysis of the social movements from the point-of-view of two geographical processes: spatialization and territorialization.

In this study I analyze the Movement of the Landless Rural Workers (MST). However, the elements and the reflections carried out here are thought of as references for researching other social movements. To address the study of a social movement as a geographical category is considered here as a basic condition for theoretical elaboration, taking into account the increase in geographical research about social movements in the countryside and in the cities. However, the theoretical references now in use come from other areas of knowledge. We are, therefore, initiating a basic reflection in order to understand the social movements beyond their forms of organization, which means that we will also examine the related processes which develop from them, the spaces that they create, the territories that they dominate. In this sense, the challenge is to point out the elements of those processes that can be used as references for a geographic theory of the social movements.

Key words: MST; social movements; socioterritorial movement; spatialization; territorialization.

Bibliografia

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *A Geografia das lutas pela terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: inédito, 1998.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Os assentamentos rurais da baixada fluminense: um desafio à territorialização do MST no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: inédito, 1999.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara*. Presidente Prudente: Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Monografia de bacharelado em Geografia).
- BOGO, Ademar. *Manter a esperança. Canções da Terra*. São Paulo: MST, s.d.
- CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. *A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Sergipe: 1985 – 1997*. Recife: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, 1999. (Dissertação de mestrado em Serviço Social)
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa., CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. Presidente Prudente: Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Dissertação de mestrado em Geografia).
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *O acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 1997. (Dissertação de mestrado em Sociologia).
- FELICIANO, Carlos Alberto. *A geografia dos assentamentos rurais no Brasil*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. (Monografia de bacharelado em Geografia).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.75, p.83-129, 1999.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST: 1979–1999*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de doutorado em Geografia).
- FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. *A demanda de terra para reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: www.dataterra.org.br, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Cambridge, Massachusetts: Blacwell Publishers, 1991.
- LIMA, Edvaldo Carlos. *As diferentes frentes de luta pela terra e a reforma agrária no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente, 1999. Relatório (Estágio de Graduação em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.
- MARTIN, Jean Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.19/20, p.26-41, 1997.
- MARTIN, Jean Yves. Le MST-RN (Mouvement des sans-terre dans le Rio Grande do Norte) 1990-1996, déploiement géographique d'un mouvement sociospatial rural : nouvelles pratiques territoriales et mutations identitaires. In: *Indentites et Territorialites dans le Nordeste Bresilien: le cas du Rio Grande do Norte*. Michel de Montaigne, 1998. U. F. R. de Géographie-Sciences Sociales, Université de Bordeaux III.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para se plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MITIDIERO Júnior, Marco Antonio. *O estopim dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. (Monografia de graduação em Geografia).
- MOMESSO, Mariana de Abreu. *O MST na luta pela terra em Pernambuco e a formação do assentamento Ourives–Palmeira*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. (Monografia de graduação em Geografia).

- MOREYRA, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In: *Conflitos no campo – Brasil 97*. Goiânia: CPT, 1998, p.7-21.
- NOGUEIRA, Adriano. *Sujeitos Irreverentes*. Campinas: Papirus, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os sem-terra? *Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, Presidente Prudente, n.1, p.59-71, 1998.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SOUZA, Maria Antônia. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 1999. (Tese de doutorado em Educação).
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TARROW, Sidney. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- THOMPSON, Edward H. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.